

CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO

RUMOS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO CIVIL

ESTUDOS EM PERSPECTIVA
CIVIL-CONSTITUCIONAL



Autor
Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

RUMOS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO CIVIL Estudos em Perspectiva Civil-Constitucional

Área específica
Direito Civil.

Reúnem-se, nesta obra, ensaios e artigos científicos decorrentes de atividade acadêmica do autor, realizada no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, desenvolvida em grupos de pesquisa integrados por alunos de doutorado, mestrado e graduação. Selecionaram-se, ainda, pareceres que se propuseram a oferecer soluções para os problemas apresentados no bojo do dinamismo das relações econômicas privadas na contemporaneidade. Em comum, todos os trabalhos foram concebidos à luz da perspectiva crítica da metodologia civil-constitucional. O livro se estrutura em dois eixos. O primeiro congrega trabalhos científicos que permeiam diferentes temas de direito civil. O elenco se inicia com reflexões sobre o próprio método civil-constitucional e, na sequência, inclina-se para a análise de matérias atinentes ao direito patrimonial. Dentre os aspectos abordados, a responsabilidade civil, os contratos, as relações de consumo e os direitos reais foram alvo de investigações específicas, sempre em função aplicativa da escala de valores consagrados pelo ordenamento jurídico. A segunda parte da obra agrupa algumas das apresentações e prefácios elaborados pelo autor.

Áreas afins

Contratos, responsabilidade civil, direitos reais, direito do consumidor.

Público-alvo/consumidores

Graduandos, pós-graduandos, profissionais do direito e estudantes de concursos públicos.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001122

M757r

Monteiro Filho, Carlos Edison do Rêgo

Rumos contemporâneos do direito civil: estudos em perspectiva civilconstitucional / Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho.– Belo Horizonte: Fórum, 2017.

348 p.

ISBN: 978-85-450-0230-7

1. Direito Civil. 2. Contratos. 3. Direito do Consumidor. I. Título.

CDD 342.1

CDU 347

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo. Rumos contemporâneos do direito civil: estudos em perspectiva civil-constitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 348 p. ISBN 978-85-450-0230-7.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO13

ARTIGOS, ENSAIOS E PARECERES

RUMOS CRUZADOS DO DIREITO CIVIL PÓS-1988 E DO CONSTITUCIONALISMO DE HOJE17

Aplicabilidade 23
A função social da posse 29
O bem de família 31
Um fato curioso à guisa de conclusão 35

REFLEXÕES METODOLÓGICAS: A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE JURISPRUDÊNCIA NO ÂMBITO DA PESQUISA JURÍDICA 37

1 Introdução 37
2 Resgate dos elos perdidos 40
2.1 Alteridade 44
3 Doutrinador colaborativo 46
4 Magistrado dialógico 50
5 Desenvolvimento de cultura hermenêutica no país 54
5.1 Rigor metodológico 56
6 O próximo passo: observatório legislativo 58
7 À guisa de conclusão 60

SUBVERSÕES HERMENÊUTICAS: A LEI DA COMISSÃO DA ANISTIA E O DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL 63

1 Introdução 63
2 O excessivo apego à subsunção no trato do assunto pelos Tribunais Regionais Federais 66
3 A oscilação do Superior Tribunal de Justiça 68
4 Origem e racionalidade da Lei da Comissão da Anistia 71
5 A metodologia civil-constitucional como instrumento para impedir subversões hermenêuticas 74

O CONCEITO DE DANO MORAL E AS RELAÇÕES DE TRABALHO	85
1 O enfrentamento do tema pela Justiça do Trabalho	85
2 Dano moral: conceito, pressupostos e prova	86
2.1 Dano moral por exclusão	87
2.2 Dano moral: teorias objetivas	87
2.3 Dano moral: teorias subjetivas	94
3 Caracterização do dever de ressarcir: verificação em concreto	95
O PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL E SUA EXCEÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	101
1 Trajetória pela reparação integral no Brasil	101
2 Natureza excepcional do parágrafo único do artigo 944 do Código Civil	107
3 Origens e racionalidade do dispositivo	109
4 Requisitos de aplicação	112
4.1 Excessiva desproporcionalidade	112
4.1.1 A culpa e as vicissitudes de sua gradação	113
4.2 Equidade na redução	118
4.3 Imperatividade <i>versus</i> facultatividade	125
5 O espectro de aplicabilidade da norma	127
5.1 Danos patrimoniais e extrapatrimoniais	127
5.2 Responsabilidade objetiva	132
6 Conclusões	134
DESAFIOS À CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	137
1 Introdução: questões de responsabilidade civil contemporânea no acórdão do STJ	137
2 O embate entre causalidade e culpabilidade: análise da conduta do condomínio e da mãe	140
3 O problema da cumulação da reparação de danos morais e danos estéticos	144
4 Danos morais em razão do atraso no pagamento da indenização por parte da seguradora	148
5 Proposta de reflexão para concluir	150
DANO MORAL E <i>HOMO SACER</i> : O PROBLEMA DO ENUNCIADO Nº 385 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUA RECENTE AMPLIAÇÃO	151
1 Contornos da matéria na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	151
2 Análise das premissas do entendimento cristalizado	156
2.1 Equiparação de dano moral a dor	156
2.2 Caracterização do dever de ressarcir em abstrato	161
2.3 Apego à subsunção	163
3 Notas conclusivas: releitura do caso sob a metodologia civil-constitucional	167
PROBLEMAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	173
1 À guisa de introdução: a evolução do direito civil e a responsabilidade objetiva	173
2 Síntese do desenvolvimento da responsabilidade do Estado em quatro etapas	176
3 A responsabilidade por omissão: histórico da controvérsia acerca da natureza do dever de reparar o dano	183
3.1 O debate no âmbito do Supremo Tribunal Federal	186
3.2 Conclusão do ponto	190
4 A via de exercício do direito de regresso: debate sobre a denúncia da lide	193
4.1 Jurisprudência	195
4.2 Doutrina	198
4.3 Conclusões	200
5 Consideração final	202

LESÃO AO TEMPO: CONFIGURAÇÃO E REPARAÇÃO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	205
1 Introdução	205
2 O tempo como bem juridicamente tutelado	206
2.1 Dignidade e tempo da pessoa humana: liberdade e solidariedade	207
2.2 Manifestações do tempo nas relações jurídicas: prestação principal e deveres anexos da boa-fé objetiva	210
2.3 A reparabilidade da lesão ao tempo	214
3 Problemas de lesão temporal: reparação autônoma ou incidental	219
4 Repensando a dogmática: qualificação, limites da lesão ao tempo e suas possibilidades reparatórias	221
O PROBLEMA DA MASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS CONSUMERISTAS: ATUAÇÃO DO PROCON E PROPOSTA DE SOLUÇÃO À LUZ DO DIREITO CONTEMPORÂNEO	229
1 Introdução: crise, contrato, responsabilidade civil e relações de con- sumo	229
2 O problema da massificação das demandas	233
3 Três graus para a solução dos conflitos nas relações de consumo: for- necedor, Procon e Judiciário	235
USUCAPIÃO IMOBILIÁRIA URBANA INDEPENDENTE DE METRAGEM MÍNIMA: UMA CONCRETIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	245
1 Contornos introdutórios do caso em análise e o digladiar de correntes antagônicas	245
2 Funcionalização: para que servem os direitos	246
3 Propriedade funcionalizada	249
4 Aquisição funcionalizada: hipóteses congêneres	254
5 Usucapião imobiliária urbana independente de metragem, os valores em jogo e o aceso debate na jurisprudência	257
6 Considerações finais	263
USUCAPIÃO FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE O NOVO INSTITUTO	265
O DIREITO DE VIZINHANÇA NO CÓDIGO CIVIL	269
1 Introdução	269
2 Características do direito de vizinhança	269
3 Parte geral do direito de vizinhança	271
3.1 Principais teorias do direito de vizinhança	272
3.2 A disciplina no Código de 2002: inovações e conteúdo da cláusula geral	275
4 Parte especial do direito de vizinhança	277
4.1 Árvores limítrofes	277
4.2 Passagem forçada	278
4.3 Passagem de cabos e tubulações	279
4.4 Águas comuns	280
4.5 Linha divisória e direito de passagem	280
4.6 Direito de construir	281
4.7 Auxílio mútuo	282
PARECERES	
AUTONOMIA CONTRATUAL EMANÁLISE: UM PROBLEMA DE INTERPRETAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO NEGÓCIO EM CONCRETO	285
ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS DEVIDOS PELA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO: SEGURANÇA JURÍDICA, DIREITO ADQUIRIDO E BOA-FÉ OBJETIVA	295
1 Relatório. O objeto da consulta e o âmbito de projeção do problema	295
2 Fundamentação	297

2.1	Primeiro quesito: a violação do primado da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito, em razão da anunciada aplicação do novo regime de distribuição de <i>royalties</i> às concessões licitadas anteriormente à vigência da Lei nº 12.534/2012	297
2.2	Segundo quesito: a violação do primado da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito à luz do Contrato de Refinanciamento de Dívidas celebrado entre o Estado e a União	312
3	Conclusão	322

PREFÁCIOS E APRESENTAÇÕES

DO SONHO À AÇÃO: O RENASCIMENTO DA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UERJ	325
--	-----

PROBLEMAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL	329
---	-----

DIREITO DAS RELAÇÕES PATRIMONIAIS: ESTRUTURA E FUNÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	333
--	-----

CURATELA E INTERDIÇÃO CIVIL	339
-----------------------------------	-----

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS	341
---	-----

CONTRATO PRELIMINAR: CONTEÚDO MÍNIMO E EXECUÇÃO	343
---	-----

OMESTRE E SUA OBRA: APRESENTAÇÃO A <i>INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL</i> , VOL. IV, DE CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA	347
---	-----